

Educação para o trabalho e educação para a cidadania

Education for work and education for citizenship

Educación para el Trabajo y educación para la ciudadanía

Antônio Carlos Will Ludwig ¹

Faculdade de Administração Pública da Academia da Força Aérea

Resumo: Este ensaio teórico trata das finalidades relativas à educação para o trabalho e cidadania previstas na Base Nacional Comum Curricular. Ele tem por objetivo apresentar uma análise interpretativa delas. A principal inferência alcançada é de que a educação para o trabalho aí inserida se fundamenta num conceito de modo de produção já superado. Quanto à educação para a cidadania verifica-se a inexistência de um significado de cidadania a ser seguido em cada uma das áreas que fazem parte da referida base.

Palavras-chave: Trabalho. Desemprego. Cidadania Passiva. Educação. Cidadania Ativa.

Abstract: This theoretical essay that deals with the purposes related to education for work and citizenship provided for in the Common National Curriculum Base. It aims to present an interpretive analysis of them. The main inference reached is that education for work inserted there is fundamental in a concept of production mode that has already been overcome. As for education for citizenship, it is verified that there is no meaning of citizenship to be followed in each of the areas that are part of the base.

Keywords: Work. Unemployment. Passive Citizenship. Education. Active Citizenship.

Resumen: Este ensayo teórico trata sobre los propósitos relacionados con la educación para el trabajo y la ciudadanía previstos en la Base Común Curricular Nacional. Se pretende presentar un análisis interpretativo de los mismos. La principal inferencia a la que se llega es que la educación para el trabajo que allí se inserta parte de una concepción de un modo de producción ya superada. En cuanto a la educación para la ciudadanía, falta un sentido de ciudadanía a seguir en cada una de las áreas que forman parte de esa base.

Palabras clave: Trabajo. Desempleo. Ciudadanía Pasiva. Educación. Ciudadanía activa.

Recebido em: 15 de fevereiro de 2022

Aceito em: 06 de junho de 2022

¹Pós-doutorado em educação pela Universidade de São Paulo, professor aposentado da Faculdade de Administração Pública da Academia da Força Aérea. E-mail: emil@linkway.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3960285647544511>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1298-5199>.

Introdução

Qualquer educação básica pertinente a qualquer país do mundo, especificamente os regidos pela democracia, visa a concretização de algumas metas comuns a todos eles. Tais metas apontam para o desenvolvimento integral dos alunos, a habilitação para o trabalho e a formação para à prática da cidadania. Em nosso país elas estão previstas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Observe-se que as mesmas não são buscadas de modo equitativo em todos os níveis e tipos de ensino porque cada um deles é dotado de particularidades específicas.

A meta relativa ao pleno desenvolvimento da pessoa humana embora distinta das outras duas se mostra assaz relevante para ambas uma vez se volta para o desabrochamento e a lapidação das aptidões individuais. Observe-se que esta meta tem acompanhado a educação brasileira desde há muito tempo, isto é, a partir da Lei 5.692 de 1971, porquanto as teorias educacionais, no decorrer da história, inclinaram-se a valorizá-la. No momento atual ela tem recebido mais apoio ainda porque um dos principais fundamentos teóricos da nossa educação básica (DIAS, 2021), de modo semelhante à de outros países, é oriundo da pós-modernidade, isto é, a concepção de ser humano como ator e autor.

É bastante longeva também a meta voltada ao treinamento profissional. Quanto a ela sabe-se que surgiu junto com o nascimento da era industrial (GOTARDO e FAVARO, 2019) haja vista a necessidade dos trabalhadores de saberem ler, escrever e contar para garantirem o adequado funcionamento das máquinas e das fábricas. Na medida em que a industrialização capitalista avançava novos conhecimentos e habilidades se tornavam necessários, os quais tinham que ser adquiridos na escola. A teoria sociológica funcionalista contribuiu bastante para a justificação de tal meta porquanto ressalta a importância da divisão social do trabalho, provocadora do aumento da interdependência entre os indivíduos e o ajuste entre as aptidões pessoais às profissões existentes.

Bem mais recente é a meta incidente na formação para a cidadania. Quanto a ela cabe dizer que os estadunidenses talvez tenham sido os primeiros a estabelecê-la na grade curricular em meados do século dezenove e os europeus os segundos, em fins do século passado (REDE EURYDICE, 2017). Ela está intimamente relacionada com a vigência do regime democrático nos Estados Unidos e na Europa. Em nosso país, espantosamente, emergiu na década de setenta durante a ditadura civil militar. Nos dias que correm a mesma tem sido vista por muitos educadores como necessária à preservação da democracia. Por sua vez o avanço da globalização tem incentivado a prática da cidadania em nível internacional.

Trabalho e educação

Cabe questionar aqui a pertinência e a relevância dessas metas. Inicialmente a preparação para o trabalho. Para tanto, se faz necessário, em primeiro lugar, situá-la no interior de um cenário muito complexo. Ele é bastante original e singular e difere totalmente daquele que vigorou até meados do século anterior, pois no mesmo se encontram presentes vários elementos que interagem entre si, na forma de uma sobredeterminação, a qual condiciona fortemente a meta em questão.

De entrada cabe mencionar o estágio atual onde a humanidade se encontra inserida. Muitos intelectuais tais como Lyotard (1988), Pourtois e Desmet (1999), defendem, apesar das contrariedades, que presentemente estamos situados na pós-modernidade. Embora ela possua uma série de particularidades vamos apresentar algumas que interessam no momento. Um dos traços mais distintivos diz respeito ao fato de que a época hodierna se caracteriza pela rapidez das transformações, constantes instabilidades, persistentes descontinuidades e pela verificação de que a história humana caminha em direção a rumos indefinidos.

Para viver neste ambiente o ser humano tem que ser flexível, atuante, protagonista, construtor de projetos de vida e comprometido com o desenvolvimento contínuo de suas múltiplas dimensões. Outra característica marcante refere-se à instauração da denominada sociedade do conhecimento (CASTELLS, 2010). Nela a aquisição do saber ligado à formação das pessoas tende a ser abandonado pois está sendo produzido para ser comercializado, está sendo consumido para ser empregado em uma nova produção, e nos dois casos para ser permutado.

Junto a ela aparece a globalização que se mobiliza de forma intensa e célere. Ela envolve o incessante movimento do capital especulativo pelo mundo, sua crescente acumulação e a internacionalização da produção e do comércio. Tem favorecido a contenção do funcionamento dos Estados Nacionais. A autonomia e a soberania deles se fragilizam na medida em que o tempo passa. Assim sendo, seu papel de agente do desenvolvimento econômico e sua função de garantir a coesão e a integração social e nacional também estão se fragilizando.

Desde há muito tempo emergiu também um novo modo de produção alcunhado de pós-fordista, substituidor do secular fordista baseado na produção em série e em patamares continuamente elevados. Nele vigora a redução da produção em série, o aumento da diversidade de novos produtos e a crescente automatização dos processos produtivos. Em seu bojo encontra-se instaurada a concepção *just in time* que é responsável por buscar a precisão da cadeia de produção, enquadrando as operações e as execuções de acordo com o nível da demanda. Ela vai oscilar em função da necessidade do consumidor. Antes de elaborar qualquer produto pesquisas de mercado são implementadas para evidenciar a verdadeira procura.

Destaca-se no mesmo a denominada indústria 4G, também chamada de Quarta Revolução Industrial, que engloba um amplo sistema de tecnologias avançadas como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem as quais estão alterando as formas de produção e os modelos de negócios em todo mundo. Com a atual chegada da tecnologia 5G o ambiente industrial vai se tornar totalmente robotizado porquanto favorecerá sobremaneira a orquestração das máquinas e a comunicação entre elas. Elas aprenderão a se reconfigurar para produzir melhor com um mínimo de interferência humana.

Enquanto no passado o modo de produção fordista expressava a liderança do setor industrial, no presente, apesar de continuar importante, ele ocupa uma posição subalterna, haja vista que adentramos numa era chamada pós-industrial. A sociedade pós-industrial se diferencia muito da anterior e isso se percebe claramente no setor de serviços, que absorve hoje a maior parte da mão-de-obra, mais que a indústria e a agricultura juntas, pois o trabalho intelectual é muito mais frequente que o manual e a criatividade, mais importante que a simples execução de tarefas.

O capitalismo atual, dotado destas evidentes peculiaridades, tem avançado em função de uma superestrutura ideológica que o norteia, ou seja, o neoliberalismo. Seus adeptos defendem três ideias principais: cortes significativos nos tributos, controle rígido do déficit orçamentário e a implementação acelerada do processo de privatização das empresas estatais.

Entretanto, encontra-se ocorrendo um progressivo enfraquecimento do neoliberalismo que está cedendo espaço para a ideologia pós-neoliberal (SADER, 2008). Trata-se também de uma alternativa doutrinária preservadora do capitalismo que prevê a reorganização da economia, a imputação do papel de agente orientador da sociedade para o Estado, a transposição da retórica do livre mercado e o resgate do público sobre o privado. A proposta trilionária de Biden nos Estados Unidos e o Fundo Next Generation EU acordado pelo Conselho Europeu se mostram corroborantes.

Não é possível e viável pensar, debater e escrever sobre a formação para o trabalho sem levar em conta este intrincado cenário que condiciona fortemente a vida de todos. Em relação à pós-modernidade destacam-se a construção de projetos de vida e a sociedade do conhecimento. Um projeto de vida inclui, obrigatoriamente, a opção profissional que frente à velocidade das transformações exige várias mudanças no decorrer do tempo. Por sua vez, a sociedade do conhecimento requer que as pessoas escolham ocupações fundamentadas na capacidade criativa. Note-se, portanto, que a opção ocupacional constantemente alternada tende a se mostrar de forma reduzida.

No que diz respeito à globalização aparecem o movimento do capital especulativo, a internacionalização da produção e a fragilização do Estado como agente do desenvolvimento. O primeiro revela que a antiga função do dinheiro voltada para o incremento de atividades

produtivas passou para o segundo plano. Interessa muito mais agora a acumulação do capital por meio de taxas atrativas. A segunda mostra a existência de um mercado ocupacional restrito, bastante especializado e exigente de qualificações ímpares. A terceira indica a possível escassez de recursos estatais para investir em obras geradoras de empregos.

No pós-fordismo se sobressaem a drástica redução da produção em série, o ajuste da produção à demanda e a indústria 4G a ser incrementada pela tecnologia 5G. Não é preciso fazer nenhuma análise profunda para perceber que o pós-fordismo, por assentar-se na tecnologia e na robotização não contribui para o progressivo avanço da criação de postos de trabalho. A era pós-industrial onde ele se encontra coloca em relevo o setor de serviços que agrega o conjunto dos trabalhadores criativos os quais integram uma categoria restrita, produtora de novidades.

Por sua vez, o neoliberalismo ao exigir o rígido controle do orçamento nacional restringe sobremaneira a ação do Estado em obras de infraestrutura e em políticas públicas que são geradoras de trabalho. A expectativa da sua substituição pela ideologia pós-neoliberal tende a provocar algum alento.

O que fica claro e cristalino neste contexto é o fato da irrefreável e progressiva diminuição do mercado de trabalho na medida em que o tempo passa, o qual já foi detectado desde alguns anos. Com efeito, em uma das mesas do Fórum Econômico Mundial de 2018 foi dito que a quarta revolução industrial inclina-se para o lado da eliminação de empregos, embora crie alguma oportunidade exigente de alta qualificação.

Neste mesmo ano Paulo Feldmann (2018) publicou um artigo onde fez colocações muito preocupantes. Asseverou que somente as reduzidas funções que exigem criatividade e aptidão para resolver problemas bem como os afazeres manuais que não requerem quase nenhuma qualificação continuarão existindo. Disse que o setor de serviços é a área mais afetada porquanto os equipamentos de ponta são mais empregados nela. Mencionou que as ocupações emergentes se mostram diminutas, que é impossível prever quais empregos vão surgir futuramente, que é pouquíssimo viável o aparecimento de novas atividades exigentes da presença humana e que o capitalismo caminha em direção a outra crise consequente da derrocada do mercado consumidor.

Posteriormente Daniel Susskind (BLUM, 2020) concedeu uma entrevista na qual ressaltou que o desenvolvimento tecnológico é dotado do poder de aumentar a produtividade e reduzir a oferta de trabalho impactando a possibilidade de distribuir os ganhos obtidos. Expôs que a crescente automatização tende a fazer com que as funções consideradas tipicamente humanas sejam cada vez mais realizadas por máquinas. Por sua vez, Thomas Davenport (HERNANDES, 2021), disse que ao lado da substituição de trabalhadores por máquinas ocorrerá a cooperação entre humanos e robôs em vez de competição e que muitos trabalhadores terão como colega uma máquina inteligente.

Recentemente Domenico de Masi (CARANÇA, 2021) declarou que o crescimento econômico sem emprego, ou seja, uma produção cada vez maior ao lado de um trabalho humano cada vez menor é uma tendência que veio para ficar. Contou que após perder o emprego a pessoa gastará, progressivamente, mais tempo para encontrar outro. Explicou que a pandemia piorou a situação, pois muitos negócios foram fechados, falências de inúmeras empresas aconteceram e o comércio eletrônico avançou. As que sobreviveram e possuíam capital para investir adotaram novas tecnologias substituidoras do trabalho humano, sendo que a atividade remota provocou o desemprego em outros setores. Diga-se de passagem, que segundo uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (CARVALHO, 2019) até 2026, 54% dos empregos formais do país poderão ser ocupados por robôs e programas de computador. A porcentagem representa cerca de 30 milhões de vagas.

Para minorar os indesejáveis efeitos do desemprego algumas soluções já foram anunciadas. Susskind apresentou a proposta do *big state* entendida não como o estado de bem-estar interferente na produção e sim como uma instância voltada para a tarefa de distribuição, de divisão da renda. Feldmann acrescentou que o Estado tem que agir para evitar o surgimento de empresas gigantes robotizadas. Apontou a necessidade da redução paulatina da jornada de trabalho que em alguns países já se aproxima das vinte e quatro horas semanais. Indicou a possibilidade de adoção de um imposto sobre ganhos de produtividade consequentes da utilização de tecnologias baseadas na automação. De Masi indicou que a saída se encontra na institucionalização de uma renda mínima para cada cidadão em todos os países do mundo.

Apesar da visível e irrefreável decadência do emprego verifica-se nos meios de comunicação a presença de autores que defendem a formação para o mercado de trabalho como uma das principais finalidades da escola. Eis alguns argumentos utilizados por eles: *adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego; destiná-la aos alunos que mais precisam para que se insiram no mercado de trabalho; proporcionar ao estudante a percepção do liame entre a escola e a vida real; diminuir o risco de apagão da mão de obra qualificada; desenvolver uma identidade pessoal por meio da profissão; corrigir uma grave distorção uma vez que na OCDE quase 50% dos jovens cursam a educação profissional, enquanto no Brasil não chega a 10%; o ensino profissional causa um impacto positivo na inserção do jovem no mercado de trabalho; a aproximação da escola com o mercado de trabalho é um desejo dos alunos; a formação profissional permitirá aos jovens a acalentada mobilização social.*

Pressupõem tais autores que a ligação entre a escola e o mercado de trabalho não perdeu validade alguma desde quando surgiu há vários séculos, por ocasião do nascimento do capitalismo industrial. Pressupõem também que a escola é capaz de oferecer aos alunos a qualificação profissional que almejam para conseguir uma vaga no setor ocupacional. Não é preciso fazer nenhum esforço analítico para inferir que tais pressupostos são passíveis de questionamentos.

Vale observar que a Base Nacional Comum Curricular, instituída pelo Parecer CNE/CP no. 15/2018, concede um destaque especial à educação para o trabalho. Na seção voltada para as finalidades do ensino médio aparecem muitas vezes as expressões: *inserção no mundo do trabalho, preparação básica para o trabalho, mundo do trabalho, mercado de trabalho, dimensões do trabalho, de produção e de trabalho, empreendedorismo, inserção profissional, formação técnica e profissional, processos produtivos*.

Na área de Linguagens e Suas Tecnologias encontram-se presentes: *a vida e o trabalho, vida pessoal e profissional, estudo e trabalho, do trabalho, o trabalho*. Na área de Matemática e Suas Tecnologias: *mundo do trabalho, comunidade mais ampla e o mundo do trabalho*. Na área de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias: *mundo do trabalho*. Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: *trabalho e consumo*.

Em sintonia com os adeptos da formação para o trabalho, o Ministério da Educação, em seu site, emitiu uma nota datada de julho do ano passado, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a respeito dos Itinerários da Formação Técnica e Profissional onde expôs algumas orientações a serem seguidas pelas escolas: *não dicotomia entre trabalho manual e intelectual, formação de trabalhadores capazes de atuar com autonomia, qualificação profissional do estudante para o mundo do trabalho, habilitação profissional para o desenvolvimento de carreira, adaptação às novas condições ocupacionais, inserção futura no mercado de trabalho, oferta tanto na habilitação profissional técnica quanto na qualificação profissional*. Tais orientações aparentam que foram elaboradas por alguém ou por algum grupo que ainda pensa que estamos inseridos num ambiente fordista de produção industrial.

Parece que reina um desconhecimento sobre o novo tempo que exige novas guias mais consoantes. Uma das mais importantes diz respeito à capacidade de transformar informação em conhecimento. Outra se refere às poucas profissões que têm possibilidade de se manter durante o tempo, tais como as de psicólogo, psiquiatra, gestor de mídias sociais, engenheiro de cibersegurança, tecnólogo da informação e especialista em inteligência artificial. A terceira incide no princípio da polivalência ou do profissional que é capaz de assumir diversos papéis e funções dentro de uma empresa e que consegue se adaptar bem às frequentes mudanças que nela ocorrem.

Mais importante ainda é levar em conta o princípio da politecnicidade, entendido como o preparo básico e necessário a todos os alunos, válido para qualquer tipo de ocupação que cada um venha a exercer na sociedade. Ele envolve o domínio das bases científicas pertinentes às múltiplas tecnologias empregadas nos processos produtivos e requer a internalização de um senso crítico voltado para a organização do trabalho na sociedade atual norteada pelo ideário da globalização neoliberal. Como pode ser inferido, trata-se uma concepção bastante diferente da pregação oficial que se aproxima de um mero adestramento em habilidades específicas.

Cidadania e educação

No que diz respeito à educação para a cidadania é preciso voltar ao cenário anteriormente exposto. Pertinente à globalização cabe lembrar que o desmoronamento dos Estados Nacionais esmorece a garantia de concretização dos direitos outorgados aos cidadãos, pois ela depende da existência e da perenidade de um Estado Nacional forte. Na medida em que ele entra num processo de enfraquecimento que pode fazê-lo até desaparecer os direitos podem ter o mesmo destino. Quanto ao neoliberalismo seus seguidores agem para eliminar do imaginário social a concepção do Estado provedor, particularmente a ideia de educação pública, universal e gratuita que se encontra internalizada no subjetivismo das pessoas como um direito democrático. Atuam ardorosamente também para substituir a figura do cidadão pela figura do consumidor.

Ainda retrocedendo temos as sugestões relativas à distribuição de renda pelo Estado, o impedimento de empresas gigantes robotizadas, a redução da jornada de trabalho, o imposto sobre ganho de produtividade e a instauração de um programa de renda mínima. Tais fatos e propostas corroboram a necessidade e a importância da finalidade relativa à formação para o exercício da cidadania, ou será que também se encontra instaurada a inocente e insustentável crença de que os políticos e os governantes, no momento oportuno, tomarão as decisões cabíveis para beneficiar o povo.

Em relação aos políticos já é bem conhecido o modo de se comportar da maioria deles. O distanciamento dos mesmos em relação ao povo é bem visível. Por força do atrelamento às elites, interesses pessoais, corporativismo, personalismo e outras particularidades torna-se muito difícil o irmanamento com a população majoritária a qual por sua vez não se sente representada por eles.

Um relatório da Ipsos Global Advisor (ZOVATTO, 2021), publicado em setembro deste ano apontou que na América Latina há um crescente sentimento entre os indivíduos relativo à existência de uma divisão entre os cidadãos normais e a elite política e econômica, que a economia é manipulada em favor dos ricos e poderosos, que a maioria dos partidos não se importa com as pessoas comuns.

Acrescente-se que grande parte dos políticos não consegue ostentar uma postura republicana, não diferencia o público do privado, desobedece ao princípio da publicidade da esfera administrativa. Pior ainda, é carente da virtude cívica, a qual diz respeito ao reconhecimento e a busca do bem comum em detrimento das aspirações individuais e particulares. Não causa surpresa, portanto, o fato das pesquisas de opinião apontarem constantes avaliações negativas para a atuação dos parlamentares. No Brasil, a pesquisa do DataFolha de dezembro de 2020, mostrou que o Congresso é aprovado por apenas 10% e tem o pior índice dos últimos três anos.

É preciso realçar aqui o papel das redes sociais. Os políticos se valem delas para influenciar seus eleitores. Com efeito, muitos sabem que a maioria das pessoas não tem conhecimento de que são manipuladas pelas campanhas políticas que ocorrem na internet por meio do uso das técnicas de segmentação dos eleitores, manipulação do fluxo de informações e inserção de notícias falsas.

Vale lembrar também que a globalização neoliberal (SANTOS, 2002), favorece sobremaneira a democracia representativa em detrimento da participativa porque ela tem se mostrado bastante capaz para executar a tarefa de estabilizar a tensão entre a democracia e o capitalismo. Note-se que esta estabilização visa conceder prioridade à expansão do capital em detrimento da distribuição social, bem como oferecer certa garantia quanto à restrição da participação popular, com vistas a evitar a ocorrência de uma possível sobrecarga ao regime democrático no que diz respeito às múltiplas e crescentes demandas sociais que podem prejudicar o processo de acumulação capitalista.

Derradeiramente cabe apontar as ameaças ao regime democrático em vários recantos do mundo. Nos Estados Unidos da América do Norte houve a invasão do Capitólio liderada por Trump. Viceja neste país propostas contestatórias de eleições e tende a propagar-se a ideia de que somente os vencedores de um escrutínio é que realmente aceitam o resultado dele.

A vitória de Trump deu partida à uma onda de estímulo ao populismo em várias nações a qual está possibilitando a erosão de regimes democráticos conforme acentuam os autores do livro *Como as Democracias Morrem* (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018). De acordo com eles a maior ameaça diz respeito à crença generalizada de que a democracia é permanente e não precisa ser defendida. Também segundo ambos a principal causa desta erosão é a insatisfação generalizada consequente do aumento da desigualdade. O populismo avança em função desse amargor, sendo que a proposta de soluções simples e fáceis a problemas difíceis e complexos por parte de líderes políticos contribui para o enfraquecimento das normas democráticas.

Em nosso país temos a figura do atual presidente da república, um populista convicto, que vive ameaçando reiteradamente as instituições democráticas desde que assumiu o cargo após vencer as eleições. O relatório disponível na plataforma do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard (LIMA, 2021), mostra que que o Brasil se encontra junto a países nos quais a democracia mais se deteriorou. Permanece atrás apenas da Polônia, Hungria e Turquia, nações do leste europeu tradicionalmente autoritárias. Chama atenção também um levantamento feito pelo Instituto Civis em 2020, o qual aponta o aceite da relativização da democracia, haja vista que mais de 80% dos entrevistados disseram que não se opõem totalmente à possibilidade de o governo passar por cima das leis, do Congresso ou das instituições para resolver problemas da população durante a pandemia.

Na América Central, de acordo com a ex-presidente da Costa Rica (COLOMBO, 2021), a democracia continua ameaçada. Uma escalada autoritária ao lado de crescentes arbitrariedades vicejam em El Salvador, Nicarágua, Honduras e Guatemala. E segundo ela o risco ao regime democrático não apareceu de repente pois várias sinalizações foram emitidas. Acrescenta que as mesmas foram ignoradas pelas instâncias regionais, por instituições de relevo e pela comunidade internacional.

No continente europeu, desde há alguns anos, vários movimentos e partidos de extrema direita motivados por insatisfações da população, retomam discursos nacionalistas, de controle das fronteiras e de protecionismo econômico. O partido Alternativa para Alemanha tornou-se a terceira maior força política no parlamento e na Holanda, o Partido para a Liberdade ficou em segundo lugar no pleito de 2018. Levando em conta a totalidade das nações, o Democracy Matrix, um projeto da Universidade de Würzburg (PINTO, 2020), nesta mesma data, apontou que 107 países perderam qualidades democráticas frente a 69 que as ganharam. Mostrou também que aumentou a quantidade de regimes híbridos, isto é, que exibem características democráticas e autocráticas.

Frente a esta situação política retrógrada e assaz preocupante é imprescindível e urgente instaurar a luta pela defesa, fortalecimento e continuidade do regime democrático, a qual pode se concretizada por meio do incremento da prática da democracia social e da democracia direta. A primeira consiste em estender para todos os setores da sociedade: escolas, igrejas, empresas, quartéis, partidos, hospitais etc., o exercício do debate e da decisão coletiva e a segunda envolve o constante uso de plebiscitos, referendos e elaboração de projetos de iniciativa popular.

Esta luta exige a presença de um tipo específico de pessoa, ou seja, de alguém dotado dos sentimentos de indignação e de inconformismo, que rejeita a acomodação, que abriga dentro de si as atitudes de iniciativa, de colaboração e de interesse pelo bem comum. Este tipo de indivíduo, que faz parte de um grupo não majoritário em todos os recantos do mundo é alcunhado como um cidadão ativo.

Para clarear mais o entendimento faz-se necessário acrescentar que o cidadão ativo é um indivíduo que frequentemente se encontra presente na esfera pública ou o setor da vida em sociedade acessível a todas as pessoas, onde predomina o interesse geral e a visibilidade e a transparência atingem o limite máximo. Por ter consciência de ser um personagem que se considera governante e que almeja concretizar ações para influenciar as decisões políticas ele utiliza bastante uma parte da esfera pública, isto é, o espaço cívico, o local onde as pessoas se encontram, discutem, realizam atos destinados a iluminar a opinião coletiva e insuflar os programas de governo. Neste espaço, ele costuma participar de marchas de protesto, cobrar

decisões das autoridades, realizar trabalhos voluntários, se envolver em campanhas voltadas aos desfavorecidos, organizar jornadas favoráveis aos bens públicos, concretizar atos de boicote a determinados produtos, se envolver em passeatas reivindicatórias e convencer outras pessoas a se tornarem cidadãos ativos.

Note-se que todas estas ações conferem vitalidade e dinamismo ao regime democrático e explicitam a manifestação da soberania popular. Elas se mostram consoantes a um novo tipo de exercício político que é baseado no que Laclau e Mouffe (2015) chamam de democracia radical.

A democracia radicalizada se baseia na generalização de uma lógica de equivalência e igualitarismo que não se coaduna com a concentração do poder. De acordo com estes dois intelectuais todo projeto de democracia radical possui uma dimensão socialista porquanto as relações capitalistas de produção, contém relações de subordinação, no entanto o socialismo se apresenta apenas como um dos componentes deste projeto, ele não é o principal nem o único. Como pode ser notado, esta maneira de Laclau e Mouffe compreenderem a vida social concede um destaque especial para a figura do indivíduo lúcido, autônomo e protagonista pois os conjuntos de pessoas que integram os múltiplos e sucessivos movimentos sociais aparecem como os grandes responsáveis pelo desenrolar da história.

Próximo à democracia radical aparece a proposta de Boaventura Santos (2002) assentada na articulação entre a democracia representativa e a direta que ele vê com a forma mais adequada para barrar o avanço da globalização neoliberal. Segundo ele a democracia representativa, globalmente triunfante, tem provocado a privatização do bem público por elites mais ou menos restritas e o distanciamento crescente entre representantes e representados.

Estes efeitos indesejáveis e inaceitáveis aliados à sua limitação como forma de governo podem favorecer a democracia participativa. Quanto a isso ele lembra que atualmente a democracia participativa tem assumido uma nova dinâmica, protagonizada por comunidades e grupos sociais subalternos. Trata-se de iniciativas locais, em contextos rurais ou urbanos, em diferentes partes do mundo. Apesar destes percalços Santos afirma que tem ocorrido articulações bem sucedidas entre a democracia representativa e a democracia participativa nas formas de coexistência e complementaridade, tais como demonstram algumas experiências postas em prática em várias partes do mundo, inclusive em nosso país.

O comunitarismo que também é um referencial teórico sustentador da cidadania ativa originou-se na década de oitenta do século passado a partir de uma divergência em relação ao liberalismo, ou seja, quanto a um de seus pilares que é o da prevalência da figura do indivíduo. Apesar de não propor a derrocada do liberalismo ele pode ser entendido como uma corrente

da Filosofia voltada para a moral e a política e que enfatiza o caráter fortemente social do indivíduo. Tal ênfase encaminha-se a apresentar o ser humano como um ente essencialmente político, e conseqüentemente um cidadão.

Segundo Bárcenas (1997) os comunitaristas pugnam em primeiro lugar, que os indivíduos se socializam em comunidades, dentro de um contexto histórico e social, o qual proporciona a eles uma identidade coletiva: a cidadania. A favor desta colocação essencial, Bárcenas assevera que a teoria política liberal encara a vida coletiva como algo não social, desmembrada e dissociada. Cada indivíduo se imagina só, separado e desligado de vínculos comunitários. Ao contrário de tal visão, os comunitaristas defendem que os indivíduos mantêm fortes vinculações emocionais e cívicas com os demais. Assim sendo, a democracia participativa é mais valorizada que a representativa pois ela se destina à realização de atos voltados para o bem comum e à prática de ações beneficiadoras da governabilidade local.

A concepção marxista fundamentadora da cidadania ativa vai além das ideias comunitaristas. Gramsci (1978), um de seus autores, formulou um entendimento singular de democracia, intitulado como o *povo dirigente*, isto é, que controla ou conduz aqueles que conduzem. Ela deve ter por objetivo principal fazer com que cada cidadão possa se tornar governante, pois segundo ele a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados, no sentido de governo com o consentimento dos governados, assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e preparação técnica geral ao fim de governar.

Marx e Poulantzas se juntam a Gramsci. De acordo com Poulantzas (2009) Marx nunca fez nenhuma apologia das instituições pertinentes à democracia representativa e das liberdades políticas por ela garantidas. Segundo ele Marx defendeu que as mesmas devem ser substituídas pela democracia direta na base, com mandato imperativo e revogável. Para Poulantzas as liberdades e as instituições da democracia representativa que foram também uma conquista das massas populares precisam ser devidamente articuladas com o desenvolvimento das formas de democracia direta na base e a proliferação de focos autogestores. Uma articulação bem sucedida se apresenta como uma via democrática para o socialismo, para a efetivação de um socialismo democrático e, conseqüentemente, para a transformação radical do Estado.

Por ser uma determinação constitucional e estar referendada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a atual Base Nacional Comum Curricular, que inclui a finalidade relativa à qualificação para o trabalho, agrega também o preparo para o exercício da cidadania como meta a ser alcançada. Porém, ela aparece em tal base de maneira bastante peculiar.

É possível perceber que sua elaboração contou com a interferência de muitos indivíduos e grupos de pessoas portadores de concepções singulares e divergentes, o que é compreensível uma vez que a construção de um currículo se apresenta como uma tarefa carregada de múltiplas disputas. Observa-se também que cada uma das áreas que dela fazem parte possui um princípio orientador específico. Neste conjunto com forma de mosaico é notório que suas bases se encontram no neoliberalismo, na globalização e no ideário pós-moderno, as quais atendem muito bem aos interesses dos setores sociais dominantes.

Frente a estas ocorrências não é estranhável que o tema da cidadania tenha sido tratado de forma diferenciada e tenha recebido pouquíssima atenção. Com efeito, o que se nota claramente é a ausência de um conceito de cidadania devidamente explicitado e teorizado, atravessador de todas as áreas que a integram e promotor da articulação e da unidade entre elas. O seu uso aparece constantemente de maneira subentendida e como fundamento de várias proposituras. Assim sendo, fica patente a existência de concepções variáveis, embora de modo não intencional flertam com o conceito de cidadania ativa. Chama a atenção a área de Linguagens e suas Tecnologias, particularmente a disciplina Língua Portuguesa cujos objetivos e conteúdos se harmonizam com ele. Apesar dessa exceção, inexistente uma estratégia de ensino e aprendizagem voltada especificamente para o preparo do cidadão, principalmente do ativo. Assim sendo, parece que o conceito pressuposto se assenta na concepção liberal de outorga de direitos e cumprimento de deveres.

Considerações finais

É necessário acrescentar que o estágio pós-moderno visto como um elemento condicionador da educação escolar possui concretude apenas para aqueles que nele acreditam. Embora seja impossível negar as aceleradas e sérias transformações contemporâneas é viável pensar que elas obrigatoriamente não são consequências da sua presença. Observe-se que existem diversos estudiosos do assunto que colocam em dúvida seu aparecimento. Dizem que ele não constitui uma realidade específica e sim diz respeito a um outro tipo de modernidade que é marcada pelo significativo aumento da contingência face à crescente ação humana sobre a natureza e pela expansão da autonomia das pessoas; que se trata de um projeto inacabado da modernidade; que se mostra como uma modernidade líquida cujas relações sociais consequentes do capitalismo globalizado se revelam menos frequentes e duradouras; que é pertinente a um instante da modernidade onde acontece a progressiva degradação das classes dominantes, o vertiginoso desenvolvimento dos meios de comunicação e o soçobro mundial da esquerda na política; que se refere à

altermodernidade, isto é, uma nova modernidade que está sendo construída no atual século a qual agrega de modo simultâneo múltiplas temporalidades.

Vale ressaltar também que a ideia de preparar o cidadão ativo já vem sendo posta em prática nos Estados Unidos da América do Norte e nos países da Comunidade Europeia desde há muito tempo, ou seja, a partir da segunda metade do século passado. Nos Estados Unidos constata-se a existência de três tipos de cidadão ativo cujas escolas almejam formar: o pessoalmente responsável, que se disponibiliza para auxiliar as pessoas mais necessitadas, o participativo, que se envolve com a vida social da comunidade em seus diversos níveis e o orientado para a justiça social que é bem informado, pensa de modo independente, domina assuntos sociais complexos e atua de várias maneiras para melhorar a vida em sociedade.

Para formá-los as escolas usam múltiplos expedientes: gestão escolar democrática no processo de tomada de decisões, aulas de civismo e governo, simulações de atividades democráticas, discussões críticas de eventos atuais, estudos de casos já examinados pela Suprema Corte, preparação para audiências simuladas no Congresso, identificação e resolução de problemas com base em políticas públicas, formulação de projetos proporcionadores de melhorias para as escolas e a comunidade, trabalho voluntário de diversos tipos, reuniões com as autoridades dos condados para debater soluções beneficiadoras da coletividade e o *service learning* que inclui aprendizagens previstas no currículo, parcerias e trabalho na comunidade.

No continente europeu, de modo diferente do que ocorre nos Estados Unidos, é adotada uma concepção de educação para a cidadania comum a todos os países que o integram. Ela é vista como uma área destinada a estimular a coexistência harmoniosa e o desenvolvimento dos indivíduos e das comunidades onde se inserem. Mira, de maneira clara e objetiva, o preparo do cidadão ativo tendo por referência os níveis local, regional, nacional e internacional. Para tanto, propõe a aquisição de conhecimentos e habilidades, o forjamento de atitudes e a interiorização de valores em quatro áreas: interação eficaz e construtiva com os outros, pensamento crítico, conduta socialmente responsável e atuação democrática. Isto deve ser conseguido por meio da aprendizagem em sala de aula, nos demais setores da escola e, principalmente, nas práticas sociais.

Em todas as escolas é colocada em ação uma pedagogia composta de práticas eficazes caracterizada pelo aprender fazendo, emprego da discussão e do debate, incentivo para que os jovens pensem por si mesmos, uso do trabalho em grupo em suas diversas modalidades, seleção pelos alunos de temas a serem estudados e dos meios e recursos a serem utilizados, abordagem dos problemas da vida real enfrentados pelos estudantes e pela sociedade e envolvimento no processo decisório propiciado pela gestão escolar democrática. No âmbito externo tem-se o trabalho voluntário, a realização de projetos comunitários, os fóruns de discussão e o ativismo político nas suas múltiplas e variadas formas.

Referências

BÁRCENAS, Fernando. *El Oficio de La Ciudadanía*. Barcelona: Paidós, 1997.

BLUM, Bárbara. Automatização do Trabalho é História de Erosão da Classe Média. *Folha de São Paulo*, S. Paulo, p. A22, 26 dez. 2020.

CARANÇA, Thais. Crescimento Sem Emprego Veio Para Ficar, Diz Sociólogo Italiano Domenico de Masi. BBC News Brasil, 11 de dezembro de 2021.

CARVALHO, Letícia. *Pesquisa da UNB Mostra que 30 Milhões de Emprego Serão Substituídos por Robôs até 2026*. G1.DF, 3 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/02/03/pesquisa-da-unb-mostra-que-30-milhoes-de-empregos-serao-substituidos-por-robos-ate-2026.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

COLOMBO, Sylvia. Democracia Está em Risco na América Central e Crise não Surgiu do Dia para a Noite. *Folha de São Paulo*, S. Paulo, p. A13, 1 ago. 2021.

DIAS, Vagner. *Considerações Acerca dos Impactos Trazidos a Partir dos Fenômenos da Pós-Modernidade e da Globalização no Sistema de Ensino brasileiro*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 4, p. 908-9d18, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i4.1032>.

FELDMANN, Paulo. *Seu Emprego Vai Para um Robô*. Folha de São Paulo, S. Paulo, Ilustríssima, p. 4, 29 jul. 2018.

GOTARDO, Cleissiane e FAVARO, Neide. *Escola Pública: Origens e Funções no Período da Revolução Industrial Inglesa*. Horizontes-Revista de Educação-MS, v. 7, n. 13, p. 37-54, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.30612/hre.v7i13.9122>.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HERNANDES, Raphael. Robôs Serão Colegas de Trabalhadores Afirma Especialista. *Folha de São Paulo*, S. Paulo, p. A19, 13 mar. 2021.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: Por Uma Política Democrática Radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LIMA, João. O Bom Aluno Foi Para a Turma do Fundão. *O Estado de São Paulo*, S. Paulo, p. A8, 24 abr. 2021.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Jose Olympio, 2002.

PINTO, Ana. Mundo Vive Onda de Recuo Democrático Aponta Estudo. *Folha de São Paulo*, S. Paulo, p. A11, 13 set. 2020.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

POURTOIS, Jean Pierre e DESMET, Huguette. *Educação Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.

REDE EURYDICE. *The Structure of the European Education Systems*. European Commission, Luxembourg, 2017.

SADER, Emir. *Pós-Neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SANTOS, Boaventura. *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ZEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

ZOVATTO, Daniel. Sistema em Ruptura. *O Estado de São Paulo*, S. Paulo, p. A14, 5 set. 2021.